

TRANSGENERIDADES NO DEBATE ATUAL SOBRE AS POLÍTICAS DE IDENTIDADE: (DES)CONSTRUÇÕES E TENSIONAMENTOS AO PARADIGMA HETERONORMATIVO NO BRASIL

Amanda Pereira de Carvalho Cruz – amandapc.cruz@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhã, Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-7389-942X>

Sandra Maria Nascimento Sousa – sandraufma@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhã, Brasil; <https://orcid.org/0000-0001-9501-7363>

RESUMO: Transgênero é um termo comumente utilizado para englobar a multiplicidade de sujeitos que vivenciam sua subjetividade através de processos identificatórios que fogem a normatividade biológica e culturalmente determinada. Contudo, tal terminologia possui um tenso debate, uma vez que produz uma categoria “guarda-chuva” para constituir uma identidade organizada entre grupos sociais, mas pode produzir também exclusão e generalização. Debater o termo trans e suas derivações (transgênero, transgeneridade, etc.) não é apenas uma crítica a possíveis reducionismos, mas uma possibilidade de não cair em armadilhas. Buscar compreender processos de construção identidade social é interessante para a conquista de direitos sociais. Porém, é importante entender como cada sujeito se auto-denomina e o que é relevante a ela/ele. Como sua experiência pode ser única e particular. Assim, este trabalho tem como objetivo discutir as terminologias utilizadas para denominar experiências de sujeitos em meio a transgressões, diferenciações e rupturas a referenciais heteronormativos, em principal os termos transgênero e transgeneridade. Pautamos nosso referencial a partir de aproximações teóricas com o Pós-estruturalismo, considerando que toda formação discursiva perpassa regularidades linguísticas justapostas de acordo com jogos estratégicos de poder, envolvendo procedimentos de exclusão compostos por interdições, separações e a vontade de verdade, em que as inconsistências internas das estruturas fazem o seu próprio desmantelamento. Propomos que os usos das categorias identitárias não são aleatórios. A necessidade de identidades coletivas pode facilitar uma rearticulação democrática e fazer emergir questões que gerem peso crítico dentro de direitos sociais frente ao poder público.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; identidade; transgeneridade.

1 INTRODUÇÃO

Pensar e debater o termo trans e/ou suas derivações (transgênero, transgeneridade, etc.) não é apenas uma crítica a possíveis reducionismos. Mas uma possibilidade de não cair em armadilhas. Buscar compreender processos de construção identidade social é interessante para a conquista de direitos sociais. Porém, é importante entender como cada sujeito se auto-denomina e o que é relevante a ela/ele. Como sua experiência pode ser única e particular. A formação de uma identidade envolve processos pelos os quais assumimos identidades sexuadas ou genereficadas (SALIH, 2017).

Para Jesus (2012), transgênero é um termo comumente utilizado para englobar a multiplicidade de sujeitos que vivenciam sua subjetividade através de processos identificatórios que

fogem a normatividade biológica e culturalmente determinada, como transexuais, travestis, drag-queens, cross-dressers, ou simplesmente, queers.

Eu adoro ser uma mulher trans. O momento em que se reconhece como uma pessoa trans é maravilhoso. Quão difícil é explicar para as pessoas cis – que não são trans – o sentimento de plenitude que nos preenche. A transição entre como nosso corpo era, para a forma com o qual nós nos identificamos, é um nascimento: tornamo-nos nós mesmos. Engana-se terrivelmente quem acha que nossa jornada é para fora, ela é para dentro (MOIRA et al, 2017, p. 4).

Assim como Jacqueline de Jesus expressa seu relato sobre “ser mulher trans”, na citação acima, o título deste trabalho está relacionado a fala de Laerte (MOIRA et al, 2017, p.06), no prefácio do livro *Vidas Trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social – a coragem de existir* (2017). Laerte comenta brevemente sua experiência ao se “perceber trans” (MOIRA et al, 2017, p.06). Neste mesmo livro, Amara Moira – uma das autoras – também afirma ter passado por uma “descoberta tardia da minha transgeneridade” (MOIRA et al, 2017, p.33). Além delas, outras importantes autoras e autores também utilizam este termo, como Lanz (2014), que debate a questão das normas sociais na produção da pessoa transgênera, e Nery (2015), que discute as estratégias de enfrentamento da transgeneridade no contexto escolar.

Contudo, tal terminologia possui um tenso debate, uma vez que produz uma categoria “guarda-chuva” para constituir uma identidade organizada entre grupos sociais, mas pode vir a produzir também exclusão e generalização, na armadilha do abafamento da especificidade das experiências particulares de cada um dos sujeitos (WOODWARD, 2014).

Assim, este trabalho tem como objetivo realizar um debate sobre as terminologias utilizadas para denominar experiências de sujeitos que vivenciam (des)construções ao referencial heteronormativo, em principal os termos transgênero e transgeneridade no Brasil. Consideramos a heteronormatividade a partir de Butler (2015), sendo mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, produzindo efeitos normatizadores. Pautamos nosso referencial a partir de aproximações teóricas com o Pós-estruturalismo, considerando que toda formação discursiva perpassa regularidades linguísticas justapostas de acordo com jogos estratégicos de poder, envolvendo procedimentos de exclusão compostos por interdições, separações e a vontade de verdade, em que as inconsistências internas das estruturas fazem o seu próprio desmantelamento (FOUCAULT, 2008; 2015; DERRIDA, 2005).

Para isso, iremos realizar uma breve análise sobre a concepção de gênero, sobre as identidades como projetos políticos, as tensões na produção de categorias identitárias no Brasil e concluímos com a possibilidade de interlocução com a proposta da experiência como posição de

sujeito, na possibilidade de melhor olhar as especificidades, sem abafá-las ou reduzi-las, mas permitindo a criação subjetiva de estratégias de resistência individuais e coletivas.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

Inicialmente, podemos analisar a compreensão sobre gênero a partir das teorias de Michel Foucault sobre a sexualidade. A partir da *História da Sexualidade I*, Foucault (1988) propõe uma análise histórica dos mecanismos de poder relacionados a lei e soberania, que relevou uma tecnologia do sexo, onde se produz uma *Scientia Sexualis*, ou seja, um conhecimento pautado no discurso científico sobre as questões dos desejos e práticas sexuais dos sujeitos. A sexualidade passa a ser um campo a ser regulado e normatizado pela Medicina, a partir do século XVIII, ou seja, um campo de poder sobre os corpos e, assim, sobre a sociedade.

Foucault (1988) apresenta a sexualidade não como um fato natural da vida humana, mas um dispositivo histórico, construída a partir da experiência em sociedade, permeada pelas produções de poder historicamente contextualizadas. O foco de Foucault (1988) não é dizer o que é o sexo, mas analisar a sua produção na sociedade.

Tais debates e pesquisas de Michel Foucault são base da construção da teoria queer, aspecto o qual é abordado por Tamsim Spargo em seu livro *Foucault e a Teoria Queer* (2006). A autora traça o percurso teórico da produção sobre o debate de gênero no olhar pós-estruturalista, desde a teoria de Michel Foucault sobre a tecnologia do sexo até os debates de Judith Butler sobre a produção normativa do gênero.

Judith Butler é meu principal referencial para discussão sobre sexualidade e gênero. Ela apresenta a compreensão de que gênero possui um efeito substantivo que se configura na performatividade, a saber, práticas reiterativas e citacionais, pelas quais o discurso produz efeitos normalizadores, que vão se naturalizando nos cotidiano da vida humana, produzidas ao longo de sua existência. As normas regulatórias do discurso sobre o sexo trabalham de forma performativa para constituir a materialidade das diferenças sexuais, ou seja, uma heteronormatividade compulsória (BUTLER, 2000; 2015).

Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados (BUTLER, 2015, p. 253).

Mas, então, o que é gênero? Quais seus mecanismos de construção? E que construção é essa que “não pode presumir um construtor anterior a ela mesma?” (BUTLER, 2015, p.28).

Como efeito de uma *performatividade* sutil e politicamente imposta, o gênero é um “ato” por assim dizer, que está aberto a cisões, sujeito a paródias de si mesmo, a autocríticas e àquelas exibições hiperbólicas do “natural” que, em seu exagero, revelam seu status fundamentalmente fantasístico (BUTLER, 2015, p.253).

Gênero, então, envolve práticas reguladas por normas sociais que produzem efeitos de ação, no qual o sujeito se relaciona. Envolve um processo de regulação e interpelação dos sujeitos. Ou seja, essas regulações são materializadas nos corpos, no que Butler (2000) vai conceituar de performatividade:

A performatividade não é, assim, um "ato" singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas. E na medida em que ela adquire o status de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição. Além disso, esse ato não é primariamente teatral; de fato, sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade permanece dissimulada (e, inversamente, sua teatralidade ganha uma certa inevitabilidade, dada a impossibilidade de uma plena revelação de sua historicidade) (BUTLER, 2000, p.121).

Assim, gênero envolve a multiplicidade de atos performativos que atravessam a inteligibilidade social. Neste sentido, observamos o acionamento de representações que também envolvem agentes considerados “fora” de um “padrão” normativo ou excluídos de inteligibilidade. E isso gerou, concomitantemente, confrontos produzidos a estes arranjos com os padrões binários classicamente considerados como únicos, na heteronormatividade compulsória.

Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam as normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (BUTLER, 2015, p. 43).

Deste modo, compreender o gênero envolve compreender as tecnologias do sexo e a performatividade, nas produções de sujeito em seus diferentes modos de ser/estar/viver. As multiplicidades de atos performativos dialogam com diferentes terminologias existentes na atualidade: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros. O debate sobre estas diferentes terminologias denotam os tensionamentos provocados pela possibilidade de produzir uma identificação ou uma identidade normativa aos sujeitos (BUTLER, 2000; 2014; 2015).

Contudo, Butler (2015) critica a ideia de identidade, mas especificamente, na construção de uma identidade de gênero. Sua proposta entende que a identidade coerente e continua é um ideal normativo, regulado a partir da compreensão de gênero inteligível. Ou seja, sendo a identidade de gênero o que normatiza as relações sociais, aqueles seres cuja materialidade dos corpos foge de tal padrão inteligível, tensionam a estabilidade de tais normas sociais – considerados sujeitos abjetos.

2.1 A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA “TRANS” NO BRASIL

Para Butler (2000; 2015), o corpo é a materialização da norma e não sua substância. Ou seja, é preciso entender que as superfícies corporais que são impostas como naturais, são um local onde se configuram uma “*performance* dissonante e desnaturalizada, que revela o status *performativo* do próprio natural” (BUTLER, 2015, p.252).

Observamos tais questões na construção de uma categoria identitária em torno do que estamos debatendo neste artigo: a categoria “transgênero”. Muitas vezes, essa categoria identitária passa pelo discurso das mudanças corporais, na diferenciação do ideal heteronormativo de sexo-gênero. Assim, como afirma Jesus (2012), ser transgênero envolve “1. Identidade (o que caracteriza transexuais e travestis); OU como 2. Funcionalidade (representado por *crossdressers*, *drag queens*, *drag kings* e transformistas)” (JESUS, 2012, p.07).

Carvalho (2011) realizou uma pesquisa sobre a construção das identidades travestis e transexuais no Brasil. Ele afirma que estas categorias identitárias produzem uma encruzilhada, uma vez que podemos cair no risco de naturalizações. Nenhuma categoria identitária é inocente e aleatória, pois envolve uma complexa rede de saberes e poderes. E, como afirma Butler (2000), envolve o acionamento de um discurso político.

As próprias auto-identificações de cada uma das pessoas estão dentro de objetivo político, na medida em que mobilizam regulações de práticas identificatórias. Carvalho (2011, p.12) observa que as terminologias criadas provem de três planos analíticos – em constante contraste: 1) plano cultural, que envolvem auto-denominações que as pessoas assumem a partir de seus contextos sociais e experiências particulares, dentro das rupturas sexo-gênero (“bicha”, “viado”, “trans”, “mulheres adequadas”); 2) plano científico, proveniente de denominações patologizantes do discurso médico-psiquiátrico (“transexualismo”, “travestismo de duplo papel”); e 3) plano político, que envolve as construções dos movimentos sociais em torno de organizar identidades coletivas para luta por direitos junto ao poder público (“travestis”, “transexuais”, “transgênero”).

Assim, o acionamento destas categorias remete a um processo de construção sobre cada uma delas, no Brasil. O termo transgênero, por exemplo, veio de uma proposta de Camille Cabral, médica transexual franco-brasileira que propõe a utilização do termo internacional “transgender” para ampliar as reivindicações dos movimentos sociais em torno das causas de travestis e transexuais. Uma vez que havia os tensionamentos entre quem é travesti e quem é transexual, a proposta do termo era uma tentativa de reunir as reivindicações de ambos os grupos em uma única pauta (CARVALHO, 2011).

Porém, segundo Carvalho (2011), frente ao histórico das divergências entre os dois grupos, o termo é pouco reconhecido entre estes movimentos, apesar da pressão os movimentos internacionais. Barbosa (2010) também afirma que a utilização do termo “trans”, por exemplo, é pouco apreciado pelos movimentos de travestis, pois não se sentem representadas, já que para algumas delas, o termo “trans” estaria mais relacionada às transexuais.

A construção dos termos “travesti” e “transexual” no Brasil vem através de um processo de diferenciação identitária conduzida pelo movimento gay brasileiro, que se ocorre no final da década 1960, como uma forma de diferenciar sujeitos “mais afeminados” de outros homossexuais. Os movimentos gays, na conquista de uma “respeitabilidade social” na época, buscavam uma ruptura na personificação do homossexual “afeminado”, sendo a travesti o “último passo no desenvolvimento de uma carreira homossexual” (CARVALHO, 2011, p.24).

Assim, travesti se torna uma categoria identitária no início dos anos 1980, principalmente após a inclusão do termo orientação sexual, na Constituição de 1988.

A escolha do termo “orientação sexual” foi um processo que envolveu a consulta a diversos pesquisadores na área de estudos de gênero e sexualidade. Importado da sexologia, a opção por este termo traz consigo o fortalecimento da separação entre performance de gênero e desejo sexual, contribuindo para afastar o estigma da efeminação. Assim, ao pleitear a inclusão do termo “orientação sexual” como direito e garantia individuais relacionados à identidade homossexual, busca-se formalizar que a “diferença” na experiência homossexual está unicamente relacionada a se desejar um pessoa do “mesmo sexo” e não a desejar “ser do sexo oposto” (CARVALHO, 2011, p.24).

Com isso, o conceito de orientação sexual começa a estabelecer uma distinção entre travestis e homossexuais. Em 1992, no Rio de Janeiro, surge a primeira associação de travestis no Brasil, chamada ASTRAL – Associação das Travestis e Liberados. Até este momento, o foco estava na busca por proteção aos ataques sofridos por travestis pela polícia no Rio de Janeiro, que realizam prisões todas as noites. Em seguida, o movimento toma como foco a preocupação com o combate a epidemia da AIDS entre as travestis.

Os movimentos de transexuais aparecem também na década de 1990, porém com um foco maior no processo transexualizador, sobre cirurgias de redesignação genital (CARVALHO, 2011). Segundo Bento (2008), a partir da década de 1990, as transexuais se unem para contrapor as proposições do saber médico em torno de outros modos não-patologizados da transexualidade. Porém, os movimentos das travesti já se configuravam bem mais coeso e formal.

Na pesquisa de Barbosa (2010), os relatos apresentados acerca dos tensionamentos sobre a terminologia a ser utilizada, o corpo aparece como definidor do processo de identificação. Ou seja, os usos de convenções médicas e psicológicas permaneciam como definidor de identidade de

gênero, apesar dos debates que tentavam romper com este paradigma. Os conflitos entre conceitos sobre ser “trans” tangenciam ainda na escolha ou não da cirurgia de transgenitalização. Para algumas transexuais, o corpo é sofrimento.

Portanto, o fato de querer ser mulher ou feminina tendo nascido num corpo assignado masculino é apontado como fonte de sofrimento, dor e morte. Em seus relatos, o sofrimento é um desacordo entre sexo e gênero, que provoca o fato de não se saber quem é, ou o que é, já que seria um corpo nascido com pênis, mas com psiquismo feminino, que sempre foi menina. (BARBOSA, 2010, p.20).

Assim, a visibilidade do corpo e das mudanças promovidas entre sujeitos que diferem da heteronormatividade compulsória – sejam estéticas, de vestimenta, físicas ou mesmo cirúrgicas – permeiam um processo de produção de um corpo político, nas regulações de gênero. Ou seja, a produção de uma materialidade discursiva no corpo tensiona a construção de identidades dissonantes, sendo “um recurso crítico na luta para rearticular os próprios termos de legitimidade e da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2000, p.112).

Essa materialidade da norma constitui um ideal regulatório, uma vez que produz práticas de governo dos corpos. Assim, a concordância ou uma suposta “transgressão” a esse ideal, produz práticas discursivas que regulam modos de ser (BUTLER, 2000).

Observamos tais questões nos discursos sobre ser travesti, transexuais e/ou transgênero. Assim, as tensões entre nomenclaturas e diferenciações envolvem processos de identificação que acionam objetivos políticos e experiências pessoais. Considerando Carvalho (2011), seria então a construção de categorias identitárias sempre uma encruzilhada?

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar a construção de categorias identitárias como um processo político (BUTLER, 2000; 2015), entendo que estamos envoltos por planos científicos e culturais (CARVALHO, 2011), mas também estamos permeados pela diversidade de experiências vividas por cada um dos sujeitos. Experiências que geram transgressões, rupturas e diferenciações ao modelo heteronormativo. Que se construíram no atravessamento de variados momentos, contextos econômicos, sociais, processos coletivos e, inclusive, familiares.

As origens sociais, níveis de escolaridade e idades de minhas colaboradoras variam muito. Os termos que elas utilizam para se identificar também, principalmente num momento no qual as categorias identitárias se encontram em disputa. Ainda assim, a maioria delas se identifica como “travesti”, o que não significa que as razões para tal identificação sejam as mesmas. Ainda que definir de maneira global o que é uma travesti ou uma transexual não faça parte dos

meus objetivos; as polêmicas em torno dessas definições são altamente cruciais ao discurso político (CARVALHO, 2011, p. 20).

Entre aquelas que já utilizaram uma miríade de categorias classificatórias, notei que o uso do que elas consideravam “novas” categorias de classificação não fez com que as categorias de classificação anteriores desaparecessem. De fato, menos que identidades coerentes e nucleares, os relatos destas pessoas apontam a coexistência de múltiplas posições de sujeito, que são acionadas situacionalmente (BARBOSA, 2010, p. 4).

Considerando assim, os relatos das pesquisas de Carvalho (2011) e Barbosa (2010), o acionamento de categorias identitárias ocorre a partir de aspectos situacionais, que variam de acordo com as escolhas ou objetivos dos sujeitos em questão.

Assim, ao assumir uma terminologia “guarda-chuva” como transgênero, podemos excluir as especificidades das experiências de cada sujeito, utilizando uma categoria geral para reduzir a diversidade de práticas – sejam materializações de corpos ou autodenominações – que podem até estar submetidas ao mesmo processo regulador dos efeitos de biopoder, mas que produzem diferentes modos de interpelação a estas regulações.

Contudo, é importante destacar que os usos não são aleatórios. A necessidade de identidades coletivas pode facilitar uma rearticulação democrática e fazer emergir questões que gerem peso crítico dentro de direitos sociais frente ao poder público (BUTLER, 2000). Porém, como bem lembra Woodward (2014), a identidade é relacional, marcada por simbolismos que diferenciam quem faz ou não faz parte de outras identidades.

Deste modo, caracterizar quem é ou não é o quê tende a suprimir as especificidades das experiências dos sujeitos. Sujeitos que vivenciam experiências de transgressões, rupturas e diferenciações a referenciais heteronormativos. De que “experiência” estou falando? Irei utilizar o referencial de Brah (2006, p.361), que compreende “experiência como um lugar de contestação: um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas.”.

Com isso, escolher e utilizar uma categoria identitária geral para caracterizar um determinado grupo social, acaba por estabelecer violências no apagamento das lutas de cada um dos sujeitos; violências na generalização das suas experiências singulares. Um ponto interessante a ser destacado, neste caso, é a diminuta referência às categorias identitárias denominadas “homens trans”, “transexual masculino” e/ou “transhomem” (denominações também utilizadas por ALMEIDA, 2012). Nos estudos e pesquisas aqui utilizados como referência, bem como nos relatos das participantes destas pesquisas, “trans” engloba mulheres travestis e transexuais, o que denota que tais terminologias não dialogam com a multiplicidade de outras expressões de sujeitos.

Considero, assim, que os usos de categorias analíticas não devem ser utilizados para reduzir ou resumir um grupo social, uma identidade coletiva ou um movimento organizado. Retomando Woodward (2014), as identidades coletivas não são unificadas, pois possuem contradições no seu interior que são constantemente negociadas e que evidenciam discrepâncias entre o nível individual e coletivo. Faz-se importante compreender que estas são formas de acionamento coletivo para busca de direitos, desde que não se tornem aprisionamentos dentro deles próprios.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIRA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 20, n. 2, p. 513-523, mai./ago. 2012.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade e Diferenciação. **Cadernos Pagu**, n.26, p.329-376, jan/jun. 2006.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Nomes e diferenças**: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. 2010. 130p. Dissertação (Mestrado) em Antropologia Social – USP, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2000, p. 110-127.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, n.42, p.249-274, jan/jun. 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa?**: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. 2011. 147f. Dissertação (Mestrado) em Saúde Coletiva – Instituto de Medicina Social da UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: _____. **A escritura e a diferença**. Tradução: Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 15ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17ª ed. São Paulo: Loyola, 2008

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Tradução: Elisa Monteiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado) em Sociologia - Departamento de Ciências Sociais da UFPR, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MOIRA, Amara; ROCHA, Marcia; BRANT, T.; NERY, João W. **Vidas trans**: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social – a coragem de existir. 1ª ed. Bauru: Astral Cultural, 2017.

NERY, João W. Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento. In: SOUZA, Rolf Malungo de. **Coletânea Diversa Diversidades**. 1ª ed. Niterói: UFF/Cead, 2015, p.61-80.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução: Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autentica, 2017.

SPARGO, Tamsim. **Foucault e a teoria queer**. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. p.07-72.

Title

Transgenders in the current debate on identity policies: (de) constructions and tensions to the heteronormative paradigm in Brazil.

Abstract

Transgender is a term commonly used to talk about the multiplicity of subjects who experience their subjectivity through identifying processes that evade biologically and culturally determined normativity. However, such terminology has a tense debate, since it produces a category that constitute an organized identity between social groups, but it can also produce exclusion and generalization. Discussing the term *trans* and its derivations (transex, transgender, etc.) is not only a critique to possibles reductionisms, but an alert of not falling into traps. Seeking to understand processes of social identity is interesting for the achievement of social rights. However, it is important to understand how each person names themselves and what is relevant to them. How your experience can be unique and particular. This work aims to discuss the terminologies used to describe subjects' experiences in the midst of transgressions, differentiations and ruptures to heteronormative references, in the main the terms transgender and transgenerity. We define our framework from theoretical approaches with Post-structuralism, considering that all discursive formation permeates linguistic regularities mixed according to strategic power games, involving exclusion procedures composed of interdictions, separations and the will of truth, in which the inconsistencies structures do their own dismantling. We propose that the uses of identity categories are not random. The need for collective identities can facilitate democratic articulation and raise issues that generate critical weight within social rights vis-à-vis public power.

Keywords

Gender; identity; transgender.

Recebido em: 17/10/2018.

Aceito em: 16/11/2018.